

A historiografia piauiense acerca da escravidão no Brasil (Séculos XVIII-XIX)

Rodrigo Caetano Silva
Universidade Federal do Piauí
Teresina – Piauí – Brasil
rodrigocaetano.ufpi@gmail.com

Resumo: Na historiografia piauiense encontramos pontos de divergência e convergência quando o tema é a escravização dos negros. Nos debates sobre as relações sociais na literatura regional, as argumentações vão do céu ao inferno quando se trata da convivência entre senhor e escravizado. Duas principais vertentes podem ser percebidas na revisão historiográfica acerca do tema: aqueles que retratam uma escravidão mais branda, na qual o escravo não sofreria tanta violência por parte do senhor; e outra corrente de autores que pontua a violência contra o escravo como a principal marca deste sistema socioeconômico. Sendo assim, este artigo tem como objetivo principal pontuar as concordâncias e discordâncias que existem na produção historiográfica piauiense sobre a escravidão dos negros.

Palavras-Chave: Historiografia. Escravidão. Piauí.

Introdução

Acompanhada e influenciada pelas discussões que giravam em torno da face de um sistema escravista nacional, a análise do escravismo piauiense inicia-se pelo campo, buscando, principalmente, compreender como em um sistema econômico no qual predominava a criação extensiva de gado bovino se inseria o escravo.

Durante muito tempo, acreditou-se que a escravidão era incompatível com o sistema econômico da região, sendo considerada forma de trabalho inútil para a labuta com o gado bovino. Seguindo essa ideia, o criatório era glorificado pela necessidade de homens de braços fortes, uma mão-de-obra, em geral, livre, sendo quase desnecessário o uso do escravo. Esse pensamento, embora não sendo unanimidade nos discursos dos estudiosos dedicados a analisar a participação da mão-de-obra escravizada nas terras piauiense, foi fortemente defendido pelo historiador Odilon Nunes (2007), precursor de uma visão paternalista entre senhor e escravizado. Em pesquisa sistematizada para história do Piauí, ele defende a ideia de uma escravidão branda em solo piauiense e isso, segundo o historiador, era aceitável, pois a figura do feitor, principal instrumento da

selvageria, a que se referem os observadores, foi coisa rara no Piauí. Acrescenta também que nestas terras não se praticava a agricultura de exportação, fazia-se o roçado apenas para a subsistência da senzala e do senhor e seus familiares” (NUNES, 2007, p. 251).

No campo, ele viu o escravizado apenas como um auxiliar do senhor ou do vaqueiro na lida com o gado. Para ele, os escravizados eram destinados principalmente aos afazeres domésticos, sendo este um apenso da família senhorial. Ao analisar o sistema escravista piauiense, Odilon Nunes (2007, p. 251) fez várias comparações com o sistema escravista que vigorou na zona canavieira. Ele não nega os horrores da escravidão, porém, afirma que no solo piauiense “o negro tinha vida de folgazão, especialmente os das Fazendas Nacionais”. Sob a lente do paternalismo, Odilon Nunes (2007, p. 250) não hesita em afirmar que no Piauí, era excelente, em todos os aspectos, a vida do escravizado. Seu principal objetivo é apresentar uma argumentação que cria a ideia de uma limitada participação da mão-de-obra escravizada na labuta com o gado, defendendo a existência de um sistema escravista amigável e paternal desde os primórdios da inserção do escravizado nas terras piauienses até o fim da escravidão, em 1888. Segundo ele, os carinhos eram destinados principalmente aos escravizados das Fazendas Nacionais (NUNES, 2007, p. 251), devido à ausência de controladores. No que diz respeito à participação do escravizado nas cidades piauienses, o historiador não dedicou sua pena com grande profundidade.

Em discordância ao paternalismo reinante durante todo o período escravista no Piauí – ideia construída pelo historiador Odilon Nunes – estão as argumentações do padre Chaves (1998). Para ele o sistema escravista brasileiro, assim como o piauiense, tiveram duas fases muito bem definidas, “uma primeira em que imperou com certa ênfase o regime de ferro e fogo, com os castigos mais violentos e cruéis, com o abandono dos doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alargando-se pelos começos do Império” (CHAVES, 1998, p. 190).

A segunda fase, para o clérigo, foi menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso aos escravizados. Para o padre Chaves (1998, p. 191) tal postura senhorial decorria dos anos que seguem a 1850, quando medidas começaram efetivamente a ser tomadas para o cumprimento da lei de 1831, que extinguiu o tráfico de negros africanos para o Brasil. Contudo, ele esclarece que esta segunda fase não foi inteiramente de bondade para com os negros, pois “houve nela muito tronco, muita gargalheira, muitos escravizados castigados e mutilados”. Segundo o padre Chaves (1998, p. 195), a segunda metade do século XIX também é marcada pela redução no número da população escravizada do Piauí. Os fatores contribuintes para a redução foram a grande

mortalidade, a libertação dos sexagenários e o tráfico interprovincial. Assim como o historiador Odilon Nunes, o padre Chaves (1998, p. 192-193) não se aprofundou na análise do sistema escravista ocorrido nas cidades piauienses, porém defende que nas cidades, os piauienses mantinham um sentimento de compaixão para com os escravizados e que a imprensa estava ao lado dos escravos para denunciar os castigos praticados contra estes.

Na refutação da incompatibilidade do trabalho escravo com a economia pecuarista, está a argumentação do antropólogo Luiz Mott (2010, p. 107). Para ele, coexistiu a mão-de-obra livre e indígena, ao mesmo tempo em que foi bastante utilizada a mão-de-obra escravizada na labuta com o gado. Desta forma, ele não se omitiu em defender que “o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao braço indígena, quicá mesmo ao braço livre”. Sobre o tratamento destinado aos escravizados, ele compartilha da mesma ideia anteriormente defendida pelo precursor dos estudos históricos piauienses, Odilon Nunes. Para Luiz Mott (2010, p. 116) “parece que as condições e relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona da pecuária do que nos engenhos de açúcar”.

No entanto, embora tenha apresentado uma tendência à visão paternalista, na mesma obra “*Piauí Colonial: população, economia e sociedade*” Mott nos indica o outro lado da escravidão no Piauí, que foi negado por Odilon Nunes. O autor nos apresenta uma carta da escravizada Esperança Garcia. Segundo relatos da própria escrava, escritos na carta que o antropólogo encontrou no Arquivo Público do Piauí - Casa Anísio Brito, a escravizada era de origem da Fazenda Algodões, mas foi retirada de sua fazenda para servir de cozinheira na Inspeção Nazaré. Local onde, juntamente com seu filho, era cruelmente torturada pelo capitão da Fazenda. Assim, Luiz Mott (2010, p. 141) vai de um extremo a outro ao nos apresentar uma visão dualista: ao mesmo tempo de paternalismo e de violência.

Ele não aprofundou a análise sobre a participação da mão-de-obra escravizada no perímetro urbano, mas destaca que em uma economia tão rústica as categorias de escravo doméstico e dos escravos de ganho, sendo esta a principal característica do sistema escravista que prevaleceu na zona urbana, foi coisa rara no Piauí (MOTT, 2010, p. 111). Com o trabalho de Luiz Mott, supera-se a ideia da ausência do escravo no Piauí, mas, sobretudo, embarga-se a ideia da incompatibilidade do trabalho escravo na principal atividade econômica da época – a pecuária.

As discussões historiográficas posteriores ganham novas vertentes e partem para a análise do cotidiano rural, procurando, sobretudo, focar as situações e a participação dos escravos das fazendas públicas e dos escravos pertencentes às fazendas privadas na formação social do Piauí. Nesta perspectiva surge o trabalho da historiadora Tanya Brandão (1999, p. 154). Assim como Luiz Mott, ela enfatiza a participação do escravizado nos afazeres do campo e acrescenta que, além de aliviar o trabalho braçal, ele também servia como objeto de ostentação para seu senhor. Destaca ainda que nos períodos colonial e imperial, no Piauí, a situação das áreas urbanas era precária e que as prestações de serviços não existiam. Com isso, o “trabalho dos escravizados limitava-se ao setor doméstico” (BRANDÃO, 1999, p. 145). A historiadora também deixa bem nítido que a principal característica do sistema escravista urbano brasileiro – escravo de ganho – não era vista nessas terras.

Ela não imagina a manutenção da ordem escravista sem a utilização da violência. Porém, segue com o pensamento do historiador Odilon Nunes e do antropólogo Luiz Mott. Ao comparar a exploração do trabalho escravo em terras piauienses com a exploração escravista das zonas da mineração e da zona agrícola, ela concluiu que, devido às próprias peculiaridades da economia local, no Piauí “pode-se imaginar que a capacidade de trabalho do cativo talvez fosse menos explorada que nas regiões agrícolas e minerais” (BRANDÃO, 1999, p. 158). No que diz respeito aos tratamentos concedidos aos escravizados, apesar da referência sobre mecanismos de repressão para o controle e domínio, a historiadora aponta para dois tipos de tratamentos: “Para os escravos do fisco, por exemplo, havia em Oeiras um hospital onde recebiam tratamentos médico-hospitalar” (BRANDÃO, 1999, p. 158). Então, segundo a historiadora, os escravizados das fazendas públicas tinham melhor tratamento do que os escravizados que pertenciam às fazendas particulares.

Tanya Brandão destaca que os tratamentos destinados aos escravizados de Fazendas Privadas só se efetivavam mediante pagamento por parte do senhor. Para ela “fica, entretanto, a dúvida se os senhores remetiam seus doentes à capitania da Capital” (BRANDÃO, 1999, p. 159). Isso poderia justificar os baixos números de entrada nos hospitais por parte dos escravizados das Fazendas Privadas. Porém, a carta escrita pela escravizada Esperança Garcia - cativa de Fazenda Pública, encontrada pelo antropólogo Luiz Mott, nos mostra ideia contrária àquela defendida pela historiadora. Como destacamos anteriormente, na carta a escravizada descreve com muita dificuldade os sofrimentos pelos quais ela, seu filho e suas companheiras passavam.

Ainda assim, em *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*, a historiadora Miridan Britto Knox Falci (1995) traz das cinzas a ideia de compadrio entre senhor e escravizado que ultrapassa os espaços de produção. Ela demonstra a participação da mão-de-obra dos escravizados na economia piauiense, destacando que os escravizados vieram a estas terras “para desenvolver não só a criação do gado e a produção da carne charqueada com o sal, abundante no litoral, mas também para implantar o cultivo do algodão nas regiões mais úmidas e desenvolver o cultivo do fumo” (FALCI, 1995, p. 36).

Além disso, a autora faz um aprofundamento nas relações sociais entre senhor e escravizado e chega à conclusão de que as relações se constituíam através de acordos firmados entre as partes – senhor e escravizado, o que deixa bastante nítido que essas relações se firmavam através do apadrinhamento.

Acreditamos que o apadrinhamento por pessoas livres não foi um ato de vontade única do escravo ou escrava que batizava o filho. Deve ter havido interesse da parte do senhor e do escravo na escolha do padrinho e em caso de divergência predominaria o escolhido pelo senhor. Ser padrinho significava dar roupa para a mãe e a criança, comprometer-se com a orientação daquele ser, protegê-lo, comparecer ao ato do batismo demonstrando uma inegável capacidade de estar junto aos negros sentindo a sua proximidade, coisas tão indesejáveis numa sociedade escravista. Se os batizados dos livres eram feitos em primeiro lugar, seguidos daqueles dos escravos como nos apontam os registros, esses mesmos livros nos assinalam que no mesmo dia se davam os batizados de filhos de senhores e de escravos daquele senhor, demonstrando naquela cerimônia uma unidade entre os dois grupos (FALCI, 1995, p. 104).

Desta forma a historiadora nos mostra um sistema escravista brando e benevolente, em um conagraçamento no qual havia o senhor protegendo e ajudando os escravizados. Além disso, ela dá continuidade ao pensamento anteriormente defendido pela historiadora Tanya Brandão de que nas Fazendas Públicas os escravizados tinham melhor tratamento, e deixa bem nítido que com “a análise da documentação do século XIX e mesmo do século XVIII nos mostra que, nas Fazendas Nacionais, o escravo sempre cresceu, ao contrário do gado, que sempre diminuiu” (FALCI, 1995, p. 182).

A tentativa de superar a visão que aponta para um melhor tratamento destinado aos escravizados das Fazendas Públicas surge com o livro “*Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*”, do historiador Solimar Oliveira Lima (2005). O foco de Solimar Lima são as condições dos trabalhadores escravizados nas Fazendas Públicas. No que diz respeito aos tratamentos destinados aos escravizados das Fazendas, ele nos apresenta uma visão contrária àquelas apresentadas por Tanya Brandão e Miridan Falci, informando que “o que a historiografia tradicional não

percebeu ou não quis perceber, foi que as condições de trabalho e vida nas fazendas da Nação apresentavam-se piores que nas fazendas privadas” (LIMA, 2005, p. 151).

No mesmo trabalho o historiador não deixa margem à dúvida e destaca que “é farta a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí sobre a importância da mão-de-obra escravizada para a então nascente economia, bem como sobre a dominação e exploração dos trabalhadores” (LIMA, 2005, p. 28). Solimar Lima defende que haviam poucos trabalhadores escravizados para muito serviço. Pontua ainda que esses trabalhadores participavam de várias atividades, desde a lida com o gado no campo, até tarefas nas casas grandes. Sua principal conclusão, porém, está no cotidiano dos trabalhadores escravizados das fazendas da Nação. Ele é peremptório em afirmar que os trabalhadores dessas fazendas do Estado sofriam mais que os trabalhadores das fazendas privadas.

Segundo ele, havia um sistema de participação do trabalhador escravizado na partilha, o sistema de quarta, sobre o qual, destaca Solimar Lima (2005, p. 115), “as fontes não deixam margem a dúvida: os trabalhadores escravizados recebiam parte da produção de gado”. Porém, o historiador nitidamente demonstra que tal concessão não assegurava pleno direito de propriedade sobre os bens, pois o escravizado não poderia vender e nem deixar de herança seus bens. Solimar Lima (2005, p. 117) assegura que “o sistema era na verdade, uma falácia. Visando a criar no trabalhador escravizado a ilusão de poder apropriar-se de parte de seu trabalho e de ser um trabalhador escravizado mesmo explorado. Servia, portanto, como um instrumento de controle e disciplina”. Ele tem por objetivo nos apresentar uma sociedade escravista, patriarcal e elitista, na qual aos menos favorecidos, como os escravizados, era negado o tratamento médico, porém eram recorrentes contra eles castigos violentos, como também eram rotineiras contra as escravizadas abusos sexuais (LIMA, 2005, p. 119).

Além disso, conclui que as relações entre senhor e escravizado aconteciam de forma tensa. Analisamos até este momento os trabalhos dos autores nomeados como clássicos na historiografia piauiense sobre o escravismo negro. Destacamos que nenhum deles dedicou suas penas a fazer uma análise aprofundada do sistema escravista que prevaleceu nas cidades e vilas do Piauí colonial e imperial. Contudo, com a necessidade de enriquecer a historiografia piauiense acerca do tema escravidão negra, surgiram recentemente algumas discussões a respeito da escravidão urbana, sendo perceptível a influência do pensamento dos autores considerados clássicos.

A historiografia sobre a escravidão urbana na capital Teresina

As lacunas sobre a escravidão no Piauí ainda são bem expressivas, mais ainda quando se trata especificamente do sistema escravista urbano. Os poucos trabalhos existentes sobre o tema são destinados à análise do sistema escravista que aconteceu na cidade de Teresina. Teresina começou a ser construída ainda por volta de 1850, mas só teve oficialmente sua instalação em 16 de agosto de 1852, quando o então Presidente da Província, José Antônio Saraiva a institucionaliza como capital da Província.

Recentemente a historiografia piauiense se dispôs a estudar o escravizado neste contexto urbano. O historiador Mairton Celestino da Silva (2014), em sua dissertação, “*Batuque na rua dos negros: cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX*”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, em 2008 e publicada em 2014, com o título: “*Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX*”, fez uma análise das experiências dos negros, cativos e libertos, e seus conflitos com a sociedade escravista teresinense do século XIX.

A obra institui um novo momento na historiografia piauiense sobre a escravidão, não só no que diz respeito à inserção do tema escravidão urbana, mas também quanto ao teor das relações escravistas, defendendo uma maior aproximação entre senhores e escravizados, a partir da ideia de resistência e acomodação dos cativos. O historiador é o precursor da análise sobre a participação dos escravizados no meio urbano no Piauí, porém seu trabalho visa apenas estudar os escravizados no meio urbano da cidade de Teresina.

O historiador nos apresenta os escravos no tópico 1.2 de seu primeiro capítulo. Segundo ele, os trabalhadores escravizados palmilhavam um longo caminho até os locais das obras da construção de Teresina “fossem por barcos ou pelas poucas estradas que davam à povoação do Poti” (SILVA, 2014, p. 40). Segundo o historiador, os escravizados eram responsáveis pelo serviço de carregamento de pedras e madeiras para as construções dos logradouros. Ele não nega as más condições de trabalho e destaca que a ração destinada aos escravizados para sua alimentação era insuficiente, o que gerava revolta.

Para Mairton da Silva (2014, p. 41), um número considerável de escravizados trazidos à capital realizava dois trabalhos, um nas construções e outro nos seus roçados,

mas como muitos já chegavam doentes, “não aguentavam as jornadas de trabalho em seus roçados”. Ele não sabe ao certo quantos escravizados participaram da construção de Teresina, mas deixa bem claro que “mesmo durante a década de 1850, parece ter havido uma diminuição no recrutamento de escravizados para a cidade” (SILVA, 2014, p. 43). Para ele, um dos fatores que pode explicar a baixa no número dos escravizados está nas “constantes resoluções do governo imperial, obrigando o poder provincial o envio dos cativos da nação para o Rio de Janeiro” (SILVA, 2014, p. 43).

O historiador demonstra como era difícil para o escravizado trabalhar nas construções e nos roçados, mas para ele a posse da roça representava uma conquista. Ele acrescenta que isso possibilitava ao cativo desfrutar de uma economia própria, “onde o cativo podia vender e trocar nos mercados e feiras da cidade o excedente de sua produção” (SILVA, 2014, p. 44). Contudo, deixa bem nítido que, na visão do senhor, disponibilizar um pedaço de lote de terra para o escravizado construir seu roçado, “funcionava como uma política de controle social” (SILVA, 2014, p. 44). Com essa citação, lembramo-nos do historiador Solimar Oliveira Lima, cujas argumentações que já foram anteriormente pontuadas, mas que convém, por necessário, ressaltamos aqui novamente.

Solimar Lima (2005, p. 115) não nega que o escravizado recebesse alguns bens de seu senhor. Até acrescenta, como destacamos anteriormente, que “as fontes não deixam margem a dúvidas: os trabalhadores escravizados recebiam parte da produção de gado”. Mas assim como Mairton da Silva, Solimar Lima (2005, p. 117) também deixa bem perceptível que isso “servia, portanto, como um instrumento de controle e disciplina”.

Aqui é importante fazermos uma observação: não nos deixemos enganar, as visões dos historiadores parecem ser teoricamente coincidentes, mas no fundo são antagônicas. Para Mairton da Silva (2014), apesar de o senhor realizar um controle social sobre o escravizado, com o fornecimento de algo a este, o historiador acredita que o escravizado realmente desfrutava de seus bens, podendo vender ou trocar a seu bel prazer. Solimar Lima (2005), que assenta suas ideias na corrente criada por Jacob Gorender (2010), vai na contramão da ideia de que o escravo poderia dispor de seus bens, desfrutando deles plenamente. Para Solimar Lima (2005, p. 117), ao conceder algo ao escravizado o senhor fazia com que o cativo acreditasse que ele realmente possuía aquilo que lhe era dado, ou seja, “visava criar no trabalhador escravizado a ilusão de poder apropriar-se de parte de seu trabalho e de ser um trabalhador escravizado menos explorado”.

Com essa análise, destacamos que, além de desumano, fazer com que o escravizado acreditasse que era dono de bens, foi a melhor forma de controle usada pelos senhores donos de escravizados no território piauienses. Ao analisar o trabalho do historiador percebemos que ele não nega a existência de controle sobre a população escrava, porém o controle acontecia, principalmente, através de negociação entre senhor e escravizados. Ele também não nega que os escravizados resistissem ao sistema, mas essa resistência acontecia através das estratégias que se concretizavam por meio das negociações. Mesmo nesse ambiente de amizade e negociação, as fugas escravas não foram inevitáveis, pois, acrescenta o historiador, “as roças para os escravizados eram vistas como pequenas conquistas, um mundo cada vez mais seu, cuja posse demarcava um direito adquirido em meio ao domínio senhorial” (SILVA, 2014, p. 45).

Com a análise do trabalho do historiador, percebemos ainda que o escravizado que vivia no ambiente urbano de Teresina, ao realizar afazeres, aproveitava o momento para se socializar com outras pessoas, escravos ou não. Ele cita os casos dos escravizados que, ao lavar roupas nos dois rios da cidade – Parnaíba e Poti “socializavam opiniões acerca do cativo ou, até mesmo, conseguir um parceiro durante o horário de trabalho” (SILVA, 2014, p. 59). O historiador diz ser a rua um local de sociabilidade escrava e ao mesmo tempo a coloca como perigoso para as escravizadas.

O autor nos mostra que as escravizadas realizavam várias tarefas, entre elas a de ser doméstica e ama-de-leite. Ele deixa bem perceptível que em alguns casos essas escravizadas ganhavam privilégios de seu senhor. Para ratificar seu pensamento, cita o caso da escravizada Luzia, de propriedade do capitão João Magalhães. Ao perceber que as filhas de seu senhor estavam se afogando, a escravizada mergulhou e salvou as duas meninas da morte. Ao saber do ocorrido, a imprensa de Teresina apresentou a escravizada como uma heroína e teve como premiação sua liberdade (SILVA, 2014, p. 62- 63). Como destacamos anteriormente, o historiador deixa claro que o escravizado resistia ao sistema que o escravizava, mas para ele, essa resistência se dava através da acomodação, uma estratégia que, por sua vez, requeria negociação.

As expectativas e solidariedades que os escravizados construíam na cidade poderiam extrapolar os próprios limites da classe ou da condição social a que pertenciam, abrindo espaço para acordos e negociações, tanto na vertical como na horizontal, ou seja, estratégias em busca de barganhas com escravos e brancos livres da cidade (SILVA, 2014, p. 63).

Em seu trabalho ele nos indica dois meios com os quais o escravizado buscava seus objetivos: “primeiro, deve criar amizades com pessoas alfabetizadas, em segundo

lugar, adquirir bens e construir em meio à instituição escrava, uma rede de sociabilidade com diferentes grupos sociais, fossem eles cativos, libertos, soldados ou brancos livres da cidade” (SILVA, 2014, p. 64). No que toca à ação do Estado sobre a classe escravizada, ele deixa bem nítido que havia controle do poder público. “Era da alçada do aparato policial manter a ordem, a propriedade privada e a tranquilidade pública. Para isso, havia a necessidade de controlar escravos, libertos e homens livres” (SILVA, 2014, p. 70).

A polícia, apesar de inoperante, segundo o autor, devido às “questões internas e atreladas às insubordinações dos soldados, à configuração racial das forças policiais, aos recrutamentos forçados, bem como às baixas remunerações” (SILVA, 2014, p. 75), era necessária para pôr a ordem e fortalecer a presença do Estado “em uma província distante da corte” (SILVA, 2014, p. 77).

O historiador também pontua que a imprensa noticiava as ações violentas da polícia sob a classe dos menos favorecidos e destaca que “o uso do sabre para obter informações ou simplesmente castigar a população negra de Teresina era habitual durante as abordagens dos guardas urbanos” (SILVA, 2014, p. 110). No último capítulo de seu livro, ele se dedica a analisar as festividades negras como forma de resistência. Destaca que uma das formas de resistência escrava se concretizava através das festas realizadas por estes, e acrescenta que:

O caráter subversivo que a festa negra adquiria variava de acordo com o momento. Em tempos de crises, alguns a percebiam como um perigo a ordem instituída, um espaço propício para reuniões e conspirações nas cidades do império. Em épocas de tranquilidade pública um mecanismo de contenção das insubordinações negras, visto que o direito a folga poderia, em contrapartida, aliviar as agruras do cativo (SILVA, 2014, p. 118).

Contudo, as festas em si não se constituem como objeto de pesquisa do historiador. Seu objetivo é analisar e perceber os significados que elas produzem nos sujeitos participantes. Segundo o historiador, as festividades negras, escravizadas ou libertas, eram qualificadas por aqueles que almejavam reprimi-las, como evento de feitiçaria (SILVA, 2014, p. 118). O autor não nega que o aparato policial tentava reprimir as festividades, porém ao mesmo tempo, baseado em fontes documentais, nos mostra que em alguns casos, a própria polícia participava dos ritos realizados pelos negros. Ele cita o caso do negro Manoel João que “com atributos de um líder religioso, conseguia reunir não só escravos e libertos, mas também, ‘pessoas de grandes circunstâncias’ da sociedade teresinense, assim como a própria polícia” (SILVA, 2014, p. 119).

Além disso, em seu trabalho podemos perceber corriqueiros casos de escravizados que conseguiram juntar verdadeiras fortunas, levando uma vida com

autonomia. Ele nos apresenta uma sociedade na qual as relações de sociabilidade aconteciam principalmente nas rodas de sambas e de batuques e deixa a entender que essas socializações não aconteciam apenas entre escravizados. As fronteiras eram quebradas e a socialização chagava a alcançar a comunidade branca da cidade de Teresina. Porém, vale destacar que, segundo o historiador, o Estado procurava reprimir as festividades negras. Ele ainda acrescenta que: “a posse da terra dava a oportunidade de passar da condição social de escravo para a de senhor” (SILVA, 2014, p. 146). O historiador em seu texto deixa nítida a resistência escrava contra o sistema escravista. Mas ele a entende “não apenas como sublevações e rebeliões negras do Brasil Império, mas como um protesto operado, a partir do contexto simbólico, com gestos, danças, divertimentos e folgas a marcar o compasso da vida desses indivíduos” (SILVA, 2014, p. 148).

O trabalho do historiador Mairton da Silva é inovador, pois ele observa a resistência escrava urbana no Piauí, principalmente na cidade de Teresina oitocentista, pelo prisma da acomodação e da negociação. Sem negar a violência, destaca que os escravizados usavam de estratégias que, por via de fatos, não operavam de formas violentas, mas a partir das artimanhas dos escravizados, que se concretizavam pelos acordos.

Na refutação das argumentações que apontam para uma acomodação do escravizado piauiense, frente ao sistema que os escravizava, estão as argumentações da historiadora Francisca Raquel da Costa (2014). Em seu trabalho *Escravidão e conflito: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*, inicialmente apresentado como dissertação ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, em 2009, e publicada no ano de 2014, ela nos apresenta o cativo resistindo e negando sua condição de escravizado, de “coisa apropriada”.

A priori é de suma importância destacar que o trabalho da historiadora não é plenamente sobre o sistema escravista urbano, tampouco sobre o sistema escravista na cidade de Teresina, apenas. Ela observa o sistema escravista em toda a Província do Piauí durante a segunda metade dos oitocentos. Desta forma, faz um levantamento das relações entre senhor e escravizado não só do perímetro rural, mas também, e com propriedade, do perímetro urbano. A historiadora foca sua atenção nas relações sociais entre senhor e escravizado no Piauí oitocentista. Seu trabalho diferencia-se do trabalho do historiador Mairton da Silva não só por ter um recorte espacial maior, mas

principalmente, pelo fato de ela apresentar o escravizado lutando e resistindo cotidianamente para sair da condição de escravo.

Com isso, a historiadora percebeu que as fugas se constituíam como uma das várias formas de resistência escrava. Além disso, deu-se conta que havia um interesse por parte do senhor em capturar o escravizado fujão e como forma de facilitar a captura faziam anúncios nos jornais descrevendo o fugitivo. Com isso “as descrições eram mais minuciosas quando se tratava de fugas de escravo, com o intuito de dar todos os detalhes possíveis para a captura mais rápida do fujão” (COSTA, 2014, p. 23-24). Ao analisar as descrições dos escravizados fujões, ela percebeu que em muitos casos haviam escravizados que tinham como marcas corporais as cicatrizes. Para ela essas cicatrizes possibilitam fazer dois tipos de interpretação: “se, por um lado, as cicatrizes e marcas de ‘relhos’, nos escravos significavam a violência do sistema escravista no Piauí, por outro, eram sinônimo da resistência desses trabalhadores escravizados, isto é, quanto mais resistiam, mais apresentavam cicatrizes que simbolizavam os atos de resistência” (COSTA, 2014, p. 24-25).

Segundo ela, “as cicatrizes de relhos eram resultado dos açoites que os escravos recebiam quando cometiam algum ato de rebeldia ou eram levados à justiça” (COSTA, 2014, p. 25). Ela deixa bem claro que a forma mais comum de se punir escravos no Brasil era através da violência, e destaca que “no Piauí, isso não fugiu à regra” (COSTA, 2014, p. 25). Para a historiadora, a violência praticada contra os escravizados representava uma autoafirmação do senhor. Ela acrescenta que, mesmo após ser castigado, o escravizado se rebelava contra o sistema, ou seja, o escravizado não se acomodava frente à situação imposta a ele.

Francisca da Costa também adverte que muitas das cicatrizes nos corpos dos escravizados eram provocadas devido aos pesados trabalhos aos quais eles eram submetidos. “Muitos trabalhadores se acidentavam no momento de realização das tarefas, adquirindo assim marcas e cicatrizes que os acompanhavam no decorrer de suas vidas no cativeiro” (COSTA, 2014, p. 26). Com a análise do texto da historiadora, percebemos que o cotidiano dos escravizados era marcado pela violência. Eles trabalhavam em atividades pesadas que em muitos casos provocavam mutilações de dedos, mãos e pernas. Outra observação que constatamos, a partir da análise do trabalho da historiadora, foi o fato da inserção muito cedo dos escravizados nas atividades de trabalho.

Como ressaltamos a princípio, a historiadora não só estudou os escravizados no perímetro urbano. Ela analisou também o sistema escravista nas zonas rurais. Nos dois

meios analisados, campo e cidade, constatou que os escravizados realizavam as mais diversificadas tarefas. Um único escravizado poderia realizar várias funções. Acrescenta que dentro das casas o trabalho mais comum realizado pelas escravizadas era o de doméstica. Ela também pontua que dentro das casas dos senhores os escravizados praticavam a resistência. Segundo ela “das cozinhas saía o ‘sabor’ da resistência contra os senhores e senhoras. Muitos escravos utilizavam o dom que adquiriam para colocar veneno dentro dos saborosos pratos preparados para a família senhorial” (COSTA, 2014, p. 33). Assim como o historiador Mairton da Silva em “*Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX*”, a historiadora Francisca da Costa (2014) em “*Escravidão e conflito: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*” também destaca a participação dos escravizados na construção de Teresina. Segundo ela:

[...] vários escravos das Fazendas Nacionais foram transferidos para Teresina durante o processo de mudança da capital. Os primeiros prédios públicos da nova capital foram erguidos pelos braços dos trabalhadores escravizados das Fazendas Nacionais. A Igreja da Matriz, o hospital, cemitério, o quartel de polícia e a cadeia da cidade são exemplos de construções executadas por escravos (COSTA, 2014, p. 37-38).

Apesar das duras e difíceis condições de vida dos escravizados, a historiadora não nega que estes tivessem seu momento de lazer e sociabilidades. Porém, “muitas vezes, essas atividades também representavam a resistência desses trabalhadores e a luta pela sobrevivência” (COSTA, 2014, p. 40). Segundo a historiadora, “o lazer dos escravos acontecia, geralmente, nos dias e horários livres e até mesmo durante a própria jornada de trabalho, principalmente, nos momentos de realização de atividades coletivas, como as farinhadas, fiadas e outras” (COSTA, 2014, p. 40). Outra forma de socialização escrava que a historiadora destaca eram os jogos. “Os jogos também era uma forma de diversão entre os escravos, sendo geralmente acompanhados por bebedeiras e embriaguez. Homens escravos, libertos e livres disputavam apostas nas bancas de jogos” (COSTA, 2014, p. 42). Os jogos incomodavam o Estado, sendo assim uma forma de resistência, que, segundo a historiadora, o Estado preocupava-se em acabar.

Contudo, apesar da historiadora nos apresentar uma resistência escrava através de atos menos violentos, ela também nos mostra o outro lado da resistência, oposto àquele mostrado anteriormente, com escravizados assassinando seus senhores e praticando fugas e crimes. Baseada na análise documental, a pesquisadora constatou que a fuga era uma das formas mais conhecidas e habituais da resistência escrava contra o sistema. Segundo ela, “quando o escravo cometia o ato da fuga, colocava-se de modo

ativo em relação ao seu proprietário e em relação ao próprio sistema escravista” (COSTA, 2014, p. 59). E para coibir essa resistência escrava, acrescenta que foram criados os aparatos de controle. Para ela são exemplos de aparato de controle “os códigos de posturas das cidades, os inspetores de quarteirão, as leis do Império, os julgamentos e os anúncios de fugas nos jornais” (COSTA, 2014, p. 59).

Para o senhor, segundo a historiadora, as fugas representavam prejuízos e esse “prejuízo seria ainda maior nos casos de escravos com idade adequada para o trabalho e para a reprodução de mão-de-obra escravizada” (COSTA, 2014, p. 62). Francisca da Costa (2014, p. 63) aponta que eram vários os motivos que provocavam as fugas dos escravizados, indo desde a busca pela liberdade até a fuga apenas para punir o senhor, como foi o caso da escravizada Veneranda que a historiadora cita em seu texto.

Ela acrescenta que “o sistema de controle era bastante organizado, apesar da distância entre as Províncias, estando os chefes de polícia e delegados constantemente em comunicação, apesar de algumas dificuldades, principalmente, quando o assunto era referente aos trabalhadores escravizados” (COSTA, 2014, p. 65). No que diz respeito às capturas a historiadora afirma que “muitos escravizados eram capturados rapidamente, em outros casos, alguns passavam anos desaparecidos e depois eram pegos. E, por último, havia aqueles que conseguiam fugir sem nunca serem capturados” (COSTA, 2014, p. 68). E com o objetivo de coibir as fugas ela destaca que:

O controle e a vigilância se faziam presente constantemente, sendo que policiais, delegados, chefes de polícia e inspetores de quarteirão reforçavam esse quadro. Além dessa vigilância institucionalizada, o controle também se fazia presente entres as pessoas comuns, as quais muitas vezes denunciavam as fugas de escravos. Atitudes justificadas pelas recompensas que eram oferecidas pelos senhores de escravos que fugiam (COSTA, 2014, p. 71).

Porém, mesmo diante de um forte aparato de controle, os escravizados resistiam. Eles “resistiam quando fugiam e quando frequentavam locais que lhes eram proibidos” (COSTA, 2014, p. 71). Apesar do sistema escravista violento que a historiadora nos mostra, ela dá indícios que “as pessoas livres também mantivessem relações com os escravizados. Estes andavam com pessoas livres bebendo, jogando, entre outras atividades. Dava-se, portanto, a construção de relações que iam além das relações de trabalho” (COSTA, 2014, p. 72). Ela também deixa bem claro as negociações e estratégias que os escravizados faziam para se manterem livres quando fugiam e acrescenta que nas cidades os escravizados tinham maior liberdade para se locomover. As fugas foram bastante praticadas como forma de resistência escrava, porém elas não

foram a única forma de resistência contra o sistema escravista na Província do Piauí. Segundo a historiadora “os escravos também cometiam homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais, roubos e furtos, assim como, algumas vezes, tentavam o suicídio” (COSTA, 2014, p. 75).

Ainda sobre os laços de amizade que os escravizados realizavam com as pessoas livres e pobres, a historiadora esclarece que essa prática era uma forma de resistência ao sistema que oprime e controla o escravizado. Os homicídios e as lesões corporais, segundo a historiadora, também eram praticados por escravizadas. Contudo, em sua pesquisa, ela constatou que no Piauí “os escravizados do sexo masculino praticavam mais atos de resistência do que as mulheres escravas. Em consequência disso, os presos e levados a julgamento também eram em sua maioria homens” (COSTA, 2014, p. 80).

A historiadora nos mostra uma sociedade piauiense bastante conflituosa. “O cotidiano era marcado pelas relações conflituosas e por uma sociedade marcada pela injustiça social e formadora de uma ampla rede de controle capaz de combinar o uso da força com outros mecanismos de dominação” (COSTA, 2014, p. 81). Segundo ela, “a miséria das condições de vida dos trabalhadores escravizados no Piauí, incluindo, principalmente, os aspectos do vestuário e da alimentação, eram os principais motivos pelos quais os escravizados praticavam roubos e furtos” (COSTA, 2014, p. 82).

Como pontuamos anteriormente, a pesquisadora destaca que o suicídio era uma das formas de resistência usada pelos escravizados contra o sistema que os escravizava. “O suicídio também representava a busca pela liberdade, sendo que a decisão de alguns escravos de tirar a própria vida como forma de libertar-se representava a fuga e, ao mesmo tempo, um protesto contra a sociedade escravista brasileira” (COSTA, 2014, p. 95). Porém, ela esclarece que nem todo caso de suicídio podia assim ser entendido.

Em uma sociedade violenta como era a sociedade do Piauí oitocentista, muitos escravizados foram assassinados e sua morte camuflada como suicídio. “Os castigos pesados levavam alguns escravos à morte. Por isso, acreditamos que alguns casos de homicídios foram camuflados em suicídio” (COSTA, 2014, p. 95). A partir da leitura que fizemos com vagar do texto da historiadora Francisca da Costa (2014, p. 102) percebemos que o controle sobre os escravizados acontecia de duas maneiras: “através do controle doméstico e através do controle estatal”. A historiadora demonstra que o controle doméstico era aquele realizado pelo próprio senhor do escravizado,

os quais utilizavam diversos instrumentos de controle com o intuito de gerar um escravo humilde, submisso e produtivo. Para tanto, o uso da violência física e da ameaça da violência se constituíam como principais armas utilizadas pelos

senhores de escravos para gerar a disciplina de seus escravos dentro de suas propriedades (COSTA, 2014, p. 102-103).

Já o controle estatal era aquele realizado pelo Estado, “realizado com caráter preventivo e punitivo, sendo que a prevenção era uma forma de evitar atitudes rebeldes por parte dos escravos e, quando aconteciam, eles eram punidos como mandava a lei” (COSTA, 2014, p. 103). A historiadora ao mesmo tempo em que coloca o Estado como controlador da massa escrava, o coloca também como elemento repressor contra aqueles que violentavam exageradamente o escravizado. Foi o que aconteceu em abril de 1862 com o tenente José Pereira de Araújo. Segundo a autora, o delegado de polícia de Teresina de então ordenou que o tenente fosse preso por ter assassinado seu cativo (COSTA, 2014, p. 110). Porém, ela esclarece que “em muitos momentos, alguns desses crimes não chegaram ao conhecimento das autoridades policiais e judiciais, o que dependia muito do poder que o senhor representava na região onde vivia” (COSTA, 2014, p. 111). Com isso podemos perceber que a ação do Estado para esses casos era pouco eficiente em face do frágil aparato judicial e ao poder dos senhores. Em suma, a historiadora nos apresenta uma sociedade escravista marcada pela violência, com escravos resistindo de forma violenta ao sistema que os escravizava e para conter essa violência existiam os aparatos de controles criados tanto pelos senhores quanto pelo Estado.

Posteriormente ao trabalho da historiadora Francisca da Costa, foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, em 2012, a dissertação da historiadora Talyta Marjorie Lira Sousa (2012), intitulada “*Filhos do Sol do Equador: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*”. Com este trabalho, a historiadora pretende contribuir para a construção da história da população negra na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

Ao se aventurar pelos caminhos da história cultural, a historiadora percebeu as estratégias de incorporação social e cultural adotadas pelos escravizados para desenvolver os espaços de sociabilidades no ambiente cotidiano da cidade teresinense. É interessante destacar que o trabalho da historiadora é dividido em três capítulos, fora a introdução e as considerações finais. Em seu trabalho, a historiadora Talyta Sousa (2012), a priori, optou por analisar o processo de colonização do território piauiense e, a partir dessa análise, realizou um mapeamento da população escravizada. Posteriormente, a partir deste levantamento, produziu uma estatística da população escravizada para

tentar descobrir de que maneira os negros entraram nas terras que hoje formam o Estado do Piauí.

Segundo a historiadora, o território piauiense começa a ser ocupado por volta de 1674, e povoado de maneira diversa das demais capitanias do Brasil. Destaca que bandeirantes e homens vindos da Casa da Torre, na Bahia, a exemplo de Domingos Afonso Mafrense, foram os primeiros a chegar nestas terras. Ela também destaca que foram estes homens que trouxeram os primeiros escravizados para o Piauí. Segundo ela, nestas terras, a concepção da população em relação aos escravizados era a mesma que se tinha nas outras sociedades, ou seja, eles eram vistos como objetos (SOUSA, 2012, p. 34).

A autora defende que “na sociedade piauiense, o escravizado era além de um artigo de ostentação social, era uma força de trabalho” (SOUSA, 2012, p. 35). Porém, com relação à quantidade de trabalho ou de serviço existente na cidade de Teresina, ela pontua que

as oportunidades de trabalho que a capital disponibilizava não acompanharam o crescimento populacional, advindo da migração. Os imigrantes disputavam lugar de trabalho com os escravizados e os libertos que desempenhavam as mesmas atividades dependendo da demanda de mão-de-obra (SOUSA, 2012, p. 51).

Desta forma, é perceptível o fato de que o escravizado era usado como mão-de-obra, assim como também havia uma preocupação por parte do Estado e do poder privado em controlar a população menos favorecida. Ela afirma que “as atividades desenvolvidas eram regulamentadas pelas posturas municipais, devido à preocupação das classes dominantes e do poder público em disciplinar a população, ditando o comportamento dos trabalhadores” (SOUSA, 2012, p. 51). Ao analisar o trabalho da historiadora, percebemos ainda que ela também deixa nítido que os escravizados foram “sujeitos ativos na edificação da cidade de Teresina” (SOUSA, 2012, p. 54). Ela comprova essa participação a partir dos relatórios dos presidentes da província. No que tange à fiscalização dos escravizados no ambiente urbano, segundo a historiadora, havia uma aparente liberdade, pois “assim como na zona rural, onde eram fiscalizados pelo feitor, na zona urbana eram fiscalizados pela polícia” (SOUSA, 2012, p. 55).

Ela também acrescenta que essa fiscalização “era até maior devido ao vaivém nas cidades” (SOUSA, 2012, p. 55). Ainda segundo a historiadora, “a aparente liberdade existente nos centros urbanos proporcionava aos escravizados as mesmas violências que sofria o escravizado rural” (SOUSA, 2012, p. 56). Porém, também afirma que “essa

violência corresponde à violência simbólica, um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre” (SOUSA, 2012, p. 56).

Ao afirmar que o escravizado urbano, assim como o rural, sofria com esse tipo de violência simbólica, a historiadora nitidamente quer fazer crer que o sofrimento imposto aos escravizados tinha o consentimento deles. Desta forma, com a visão que a historiadora teve sob o tipo de violência destinada aos escravizados, é aceitável que o dominado não se oponha ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo; ao contrário, o oprimido considera a situação natural e aceitável. Ela pontua também que a realidade da vida dos escravizados na cidade de Teresina era precária. Destaca que eles estavam “submetidos a uma alimentação rarefeita que levava uma parte da população escravizada à morte” (SOUSA, 2012, p. 58).

Ao analisar o texto da historiadora, como pontuamos anteriormente, percebemos como ela deixa bem nítido que havia uma preocupação por parte do Estado e do poder privado em controlar as classes menos favorecidas. Porém, destaca que “em diversas situações os negros utilizavam as brechas para circular pela cidade, transformavam os momentos de trabalho na rua em momentos de liberdade” (SOUSA, 2012, p. 65). Outro ponto de grande relevância que devemos destacar é o fato da historiadora não hesitar em afirmar que “o trabalho humanizava o ser escravizado” (SOUSA, 2012, p. 90).

Aqui é importante pontuarmos que acreditamos que era a resistência ao trabalho que humanizava o ser escravizado, não o trabalho ao qual ele resistia para, assim, tornar-se humano. O trabalho reforçava a condição de escravizado, de “coisa apropriada”. A resistência a ele humanizava o “escravo-coisa”. Desta forma, é importante destacarmos novamente que “o escravo é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado” (GORENDER, 2010, p. 99). Acrescentamos que “a reação ao trabalho é a reação da humanidade do escravo à coisificação” (GORENDER, 2010, p. 99).

A historiadora também pontua que na nova capital da Província – Teresina – os escravizados trabalhavam em diversas atividades, “quer fossem trabalhadores domésticos, encarregados de compras no mercado, de recados para seus senhores, alugados; quer fossem escravizados empregados no ganho por seus donos” (SOUSA, 2012, p. 94). Acrescenta que na sociedade escravista era prática recorrente o senhor dono de escravizados mandar-lhes ensinar algum ofício. Pontuamos que essa prática favorecia os donos de escravizados, pois estes poderiam alugar seu escravizado, agora qualificado, a outros senhores, o que iria lhe render lucros. Ao realizar sua pesquisa nos jornais da

época, a historiadora encontrou vários anúncios de aluguel de escravizados na cidade de Teresina.

Ao analisarmos com vagar o texto da historiadora Talyta Sousa, observamos que ela parece acreditar que o trabalho era algo bom para o ser escravizado. Ela afirma que o “negro escravizado adaptava-se à cidade Teresina, pois era comum necessitar-se de trabalhadores para serviços provisórios, como carregador nas rampas do rio Parnaíba” (SOUSA, 2012, p. 95).

Segundo a historiadora, os locais mais movimentados de Teresina tinham duas funções: “a primeira era que os trabalhadores livres e escravizados poderiam encontrar chances de exercer atividades remuneradas, e a segunda era que estes locais proporcionavam novas sociabilidades” (SOUSA, 2012, p. 98). No que diz respeito à quantidade de escravizados por sexo, a historiadora percebeu que “o número de homens escravizados é superior ao número de mulheres, e que as profissões predominantemente masculinas, retirando os trabalhadores sem ofício e os roceiros, são as do campo dos serviços como sapateiro, ferreiro e carpinteiro” (SOUSA, 2012, p. 104- 105).

Ainda segundo ela, “as mulheres trabalhavam principalmente no serviço doméstico como lavadeira, mucamas, engomadeiras, ou no ganho como quituteiras, tabuleiras, e também como prostitutas” (SOUSA, 2012, p. 97). Ela informa nitidamente que a cidade de Teresina se constituía em um local de passagem para o tráfico interprovincial de escravizados e por isso “o fluxo de trabalhadores escravizados na cidade de Teresina era diferente da cidade do Rio de Janeiro” (SOUSA, 2012, p. 105). Sua obra deixa clara a utilização dos escravizados em várias atividades na cidade de Teresina. Ela também destaca que eles “resistiam a várias horas de trabalhos em troca de alimentos, roupas e moradia” (SOUSA, 2012, p. 107). Aqui também é importante salientarmos que alimentação, vestimentas e moradia eram elementos fundamentais para manter o escravizado vivo e produtivo.

Quando a historiadora usa a expressão “em troca de”, ela de certa forma desmonta o sistema escravista. Isto porque, neste sistema, via de regra, o escravizado é obrigado a trabalhar sem ganhar nada em troca. Porém, é importante pontuarmos que nas cidades o sistema se corrompe. Um exemplo disso é o caso dos trabalhadores de ganho, que forneciam sua força de trabalho em troca de algo, que normalmente era dinheiro. Este dinheiro tinha como destino final as mãos do senhor do escravizado, que pré-estabelecia um valor que o escravizado deveria obter e o que excedesse ficava com o escravizado, que deveria suprir suas necessidades com ele.

Com exceção da categoria dos escravizados de ganho, por via de regra, em um sistema escravista o escravizado trabalha sem ganhar nada em troca. Alimentação, vestimentas e senzala, são os meios mínimos necessários para não deixar o escravizado morrer. Quando a historiadora Talyta Sousa usa a expressão “em troca de”, nos faz lembrar do sistema que ocorreu nos primórdios da colonização do Brasil, no qual os índios trocavam sua força de trabalho por “bugigangas”. A historiadora retorna ao pensamento do historiador Mairton Celestino, ao afirmar que “a vida da população negra teresinense no fim do século XIX não se resumia apenas a longas jornadas de trabalho, pois o cotidiano da cidade torna-se agradável com os eventos produzidos pela população” (SOUSA, 2012, p. 124). Ela ainda acrescenta que “nesses momentos, Teresina se transformava e uma aparente igualdade tomava conta das sociabilidades” (SOUSA, 2012, p. 124).

Destaca também que “como a maioria das famílias teresinense não possuía água canalizada, contratavam os serviços de lavagem de roupa” (SOUSA, 2012, p. 116). Acreditamos que a contratação do serviço de lavagem de roupas não era determinada pela falta de água canalizada, mas sim em face da visão degradante que a sociedade escravista tinha a respeito do trabalho manual. Convém lembrar que para a sociedade escravista, lavar roupas não era tarefa de senhoras e sim trabalho de escravizados(as). Logo, contratavam-se os serviços de um escravizado de ganho, alugava-se um ou colocavam seu próprio escravizado para lavar as roupas. Realizar qualquer outro tipo de trabalho manual, na mentalidade da população oitocentista era coisa de escravos.

Talyta de Sousa novamente se aproxima do pensamento do historiador Mairton Celestino quando não acredita na resistência apenas pela violência, pois destaca que “além de manifestações da cultura e alegria as festas podem ser interpretadas como momento de transgressão à ordem e ocasião para questionar a sociedade vigente e afirma seus valores culturais e religiosos” (SOUSA, 2012, p. 164). A historiadora não faz grande aprofundamento no que diz respeito ao controle destinado aos escravizados, mas deixa claro que “a elite senhorial procurava participar das irmandades de cor, também como forma de manter o controle sobre os negros” (SOUSA, 2012, p. 165). Além disso, também destaca que “os Códigos de Posturas da cidade de Teresina proibiam os jogos como forma de manter a ordem pública” (SOUSA, 2012, p. 127). Lembra também que “os Códigos de Postura visavam a regular e normatizar os comportamentos das pessoas” (SOUSA, 2012, p. 127). Segundo ela, “os escravizados da cidade foram mais favorecidos com a alforria do que os escravizados do campo” (SOUSA, 2012, p. 175).

Ela não nega os castigos, e defende que “os donos dos escravizados eram protegidos pela legislação que permitia castigos, penas e maus-tratos ao escravizado, mas muitas vezes extrapolavam esse direito de castigar” (SOUSA, 2012, p. 192). Ela pontua ainda que “os castigos poderiam ser ir para o tronco e ser chicoteado, ser preso a correntes de ferro, obrigados a usar gargalheiras [colar de ferro], máscaras de flandres: uma máscara usada como punição para os casos de alcoolismo e furto de alimentos e diamantes” (SOUSA, 2012, p. 193).

O trabalho da historiadora é de suma importância para o debate historiográfico a respeito da escravidão negra no Piauí. Em alguns momentos ela retorna ao pensamento do historiador Mairton Celestino e, assim como ele, reitera a resistência escrava por meios menos festivos. Apesar de deixar bem nítido que os escravizados consentiam a violência que os vitimavam, há uma visível contradição quando ela destaca que “os castigos excessivos e injustos provocavam o descontentamento e revolta dos cativos” (SOUSA, 2012, p. 193). Além disso, afirma que “as reações dos escravizados diante das circunstâncias de exploração às quais estavam subjugados foram as mais diversas. Assim, ao mesmo tempo em que poderiam discutir no cotidiano uma forma de obterem a liberdade, poderiam também planejar uma fuga” (SOUSA, 2012, p. 220).

Com uma visão diferente daquela defendida pela historiadora Talyta Sousa a respeito do sistema escravista que vigorou na cidade de Teresina, surge posteriormente o trabalho da historiadora Genimar Machado Resende de Carvalho. Seu trabalho foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 2013, e publicado no mesmo ano.

Em “*Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873)*”, Genimar Machado Resende de Carvalho procurou analisar e focar sua atenção, principalmente, na participação dos educandos artífices e dos escravizados da nação no processo de construção das obras públicas da cidade de Teresina - futura capital da Província. O trabalho da historiadora é de grande importância para a compreensão do processo de construção das principais obras públicas que serviram como marco inicial da cidade de Teresina, a exemplo da Igreja Nossa Senhora do Amparo.

O livro de Genimar Carvalho “*Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras pública da construção de Teresina (1850-1873)*”, está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata da construção da Igreja Matriz. No segundo, ela analisou o processo das construções de outras obras públicas, como o

cemitério e a cadeia da nova cidade; e no terceiro, focalizou a participação da mão-de-obra escrava e da mão-de-obra dos educandos artífices.

Como nosso trabalho é destinado principalmente à análise da mão-de-obra escravizada, demos ênfase, primordialmente, ao terceiro capítulo do livro da historiadora, intitulado: *Trabalho escravizado e educandos artífices nas obras públicas de Teresina*. Vale esclarecer que, segundo a historiadora, os educandos artífices eram “crianças e adolescentes do sexo masculino, vítimas da pobreza ou da orfandade que, muitas vezes, a pedido da própria família, eram recolhidos ao estabelecimento dos educandos artífices para aprenderem um ofício” (CARVALHO, 2013, p. 144). É de grande valia, também, esclarecer que os trabalhadores escravizados da Nação eram aqueles

trabalhadores enviados das fazendas nacionais, as quais se originaram do legado deixado por Domingos Afonso Sertão, após a sua morte em 1711, aos padres inacianos. Acrescidas de outras propriedades, totalizaram 39 fazendas em 1760, ano da expulsão dos jesuítas, quando passaram a se chamar Fazendas do real Fisco ou simplesmente Fazendas do Fisco. Dividiam-se em três departamentos ou inspeção denominada Piauí, Canindé e Nazaré, possuindo cada uma delas um inspetor nomeado pela presidência da Província. Após a independência do Brasil, em 1822, estas propriedades passaram a se denominar Fazendas da Nação ou Nacionais, mantendo a mesma estrutura e o fundamento no trabalho escravo (CARVALHO, 2013, p. 145).

Em sua pesquisa, Genimar Carvalho procurou analisar, além dos educandos artífices, os trabalhadores escravizados oriundos das Fazendas da Nação, mas é válido ressaltar que escravizados de fazendas particulares também ajudaram nas construções das obras públicas da nova capital - Teresina.

Devido aos poucos recursos, um dos objetivos de José Antônio Saraiva foi fazer economia. Foi igualmente em busca dela que, em vinte de novembro de 1850, Saraiva autorizou o mestre de obra Isidoro a fretar a barca de Theotônio da Costa Veloso pela quantia de 120 mil réis, acreditando ser esta a forma mais econômica, rápida e cômoda, para que se fizesse o transporte das ferramentas, utensílios, trabalhadores livres e escravizados da vila de Amarante para a Vila Nova do Poti. Alguns outros escravizados seguiriam todo o trajeto por terra, conduzindo os carros de bois que seriam utilizados nas obras (CARVALHO, 2013, p. 142).

A historiadora acrescenta que foram transferidos das Fazendas Nacionais, para exercer a função de servente, os escravizados “Marcelino, Lourenço, Antônio, Policarpo, Cassiano, Eusébio, Casimiro, Nicolau, Manoel e Lourenço, além das escravizadas Helária e Inês” (APEPI, SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS *apud* CARVALHO, 2013, p.

143). Ela também pontua que os escravizados das Fazendas Nacionais realizavam diversificadas tarefas e deixa bem claro que

havia a possibilidade de deslocamento dos trabalhadores escravizados para outras unidades produtivas, dentro e fora da Província, ou ainda para o exercício de atividades não diretamente relacionadas às necessidades das fazendas, o que, em regra, resultava para os trabalhadores no cumprimento de novas tarefas e serviços (CARVALHO, 2013, p. 146).

Para ela, um bom exemplo disso era a “cessão de trabalhadores para a construção civil, em especial as obras públicas, e para servirem no ‘zelo’ dos prédios públicos” (CARVALHO, 2013, p. 146). Através da documentação analisada pela historiadora, ela constatou que a preferência do então presidente da Província, José Antônio Saraiva, era a de que colocassem nas construções das obras públicas de Teresina trabalhadores escravizados. Em virtude da baixa quantidade de mão-de-obra especializada, os escravizados tinham uma função de auxiliares nas construções. Esclarece a historiadora que eles constituíam “no exercício de atividades auxiliares e não qualificados de acordo com as necessidades das construções” (CARVALHO, 2013, p. 149). Desta forma, reafirma-se que os escravizados desempenhavam papel de auxiliares nas construções públicas de Teresina. Assim os trabalhos realizados por estes eram aqueles que exigiam mais força do trabalhador menos qualificação, como pontua a historiadora, Genimar Carvalho (2013, p. 149):

[...] no caso dos trabalhadores escravizados, foram eles os responsáveis pelo corte e transporte de madeiras e palhas, pela limpeza dos terrenos, pelo transporte da água para o preparo da massa e para o consumo humano. Construíram galpões para armazenamento dos materiais e para a moradia, transportaram cal, madeiras, barro, telhas e pedra, auxiliaram os pedreiros e carpinteiros no preparo da argamassa e no assentamento de portas e janelas, cobriram telhados e cavaram as valas onde seriam construídos os alicerces.

Genimar Carvalho (2013, p. 50) pontua que o escravizado era utilizado conforme a necessidade nas obras, ou seja, não sendo um trabalhador especializado, o escravizado desempenhava várias tarefas. Para ela, isso era uma “eficiente estratégia de combate à interrupção do ritmo de trabalho e controle dos escravizados”. Analisando o texto da historiadora podemos observar que, além dos trabalhos nas construções das obras públicas, os escravizados também desempenhavam outros trabalhos nas casas dos senhores ou em hospitais. A autora não deixa margem à dúvida ao nos mostrar que os escravizados desenvolviam tarefas auxiliares, ou seja, eles não tinham autonomia para elaborarem ou decidirem como deveriam ser executadas as obras. Eles apenas eram

colocados para trabalhar em condições inóspitas e em ritmo incessante, pois não poderiam parar, já que seguiam as necessidades das obras.

Como foi pontuado anteriormente, para a historiadora, essa estratégia de colocar o escravizado para trabalhar em vários afazeres, diminuindo ao máximo seu tempo de descanso, foi uma forma de controle eficiente usada pelos senhores, mas mesmo assim não impediu que os escravizados resistissem ao sistema. Diferentemente da historiadora Talyta Sousa, que veementemente enxerga no trabalho um mecanismo de humanização do ser escravizado, Genimar Carvalho tem uma visão contrária ao trabalho destinado aos escravizados. Segundo ela, uma forma de resistência escrava foi o desamor ao trabalho. Desta forma, não se pode negar que no Piauí os escravizados desapegavam-se ao trabalho como forma de resistência ao sistema que o escravizava e com o objetivo de se tornarem humanos. E como forma de punição a esse desamor, era utilizada a violência.

Acrescenta a historiadora que “os castigos e controle permanentes dos escravizados eram temas regularmente tratados nas correspondências entre o presidente da Província e o mestre de obras públicas” (CARVALHO, 2013, p. 158). Sem dúvida o trabalho da historiadora é de grande importância para o conhecimento da construção da cidade de Teresina, e, ao narrar o processo de construção das obras públicas, ela deu visibilidade àqueles trabalhadores escravizados que foram de suma importância nas construções dos logradouros da cidade e que, até onde se tem notícia, não estiveram presentes na história dessas obras, nem mesmo com a menor das referências.

Considerações Finais

Como pudemos perceber, na historiografia piauiense sobre o tema escravidão negra, as linhas não são retilíneas e nem poderiam, já que a história é uma ciência com caminhos de idas e voltas, de rupturas e continuidades. Desta forma, a expressão do “céu ao inferno” é inerente à historiografia sobre o tema escravidão negra no Piauí, pois partimos de um ambiente onde o negro tinha vida de folgazão e chegamos a um ambiente onde o negro é tratado como objeto, no qual ele era usado incessantemente como mão-de-obra escravizada e lutando também de forma incessante contra o trabalho e contra o sistema. É importante destacar que ao longo das discussões historiográficas sobre o tema citadino, muito foi construído e desconstruído, com isso é colossalmente importante todas as obras produzidas sobre o tema escravidão negra no Piauí.

THE PIAUÍ HISTORIOGRAPHY ABOUT SLAVERY IN BRAZIL (XVIII-XIX CENTURIES)

Abstract: In Piauí's historiography, we find points of divergence and convergence when the subject is blacks' enslavement. In the discussions on social relations in regional literature, the arguments go from heaven to hell when it comes to coexistence between master and enslaved. Two main strands can be seen in the theme historiographical review: those that describe a softer slavery, in which the slave did not suffer much violence by the Lord; and other chain that puts violence against slave as the principal character of this socio-economic system. Therefore, this article aims scoring the agreements and disagreements that exist in Piauí's historiographical production about black slavery.

Key Words: Historiography. Slavery. Piauí.

Referências

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVII*. Teresina: EDUFPI, 1999.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

CHAVES. *Obra Completa*. Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: EDUFPI, 2014.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 2010.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010.

NUNES, Odilon J. *Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da província*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuques na rua dos negros: escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX*. Teresina EDUFPI, 2014.

SOUSA, T. M. L. *Filhos do Sol do Equador: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. 2012. 246 f. (Mestrado em História do Brasil)- Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2012.

SOBRE O AUTOR

Rodrigo Caetano Silva é graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Memória (NUPEM) e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista, ambos da Universidade Federal do Piauí.

Recebido em 11/03/2015

Aceito em 05/06/2015